

## **CONVITE**

**Procedimento para celebração de contrato de Aquisição e Fornecimento de Leite Escolar para EB/JI do Concelho de Abrantes ao abrigo do Acordo-Quadro para seleção de Fornecedores para Fornecimento de Leite Escolar - CPCC/05/2023, celebrado pela Central de Compras da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo**

**Consulta Prévia N.º 260/2024**

---

## **I – ENTIDADE ADJUDICANTE**

A entidade adjudicante é o Município de Abrantes, NIPC 502661038, sedado no Edifício dos, Paços do Concelho, na Praça Raimundo José Soares Mendes, nº17, 2200-366, Abrantes, telefone n.º 241330100, correio eletrónico [contratacaopublica@cm-abrantes.pt](mailto:contratacaopublica@cm-abrantes.pt).

## **II – DECISÃO DE CONTRATAR**

A decisão de contratar foi adotada por despacho de 17 de dezembro de 2024, do Sr. Presidente.

## **III – PROCEDIMENTO DE AQUISIÇÃO**

O presente convite é efetuado ao abrigo do **Acordo Quadro para o Fornecimento de Leite Escolar - CPCC/05/2023 da Central de Compras da Comunidade Intermunicipal do Médio** nos termos do artigo 259.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aplicando-se-lhe, em tudo o que não estiver especialmente regulado, as disposições do caderno de encargos do referido acordo-quadro.

## **IV – DOCUMENTOS EXIGIDOS**

1. Declaração de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo I do CCP.
2. Proposta de preço elaborada em conformidade com o anexo II a este convite.
3. A proposta deve indicar os seguintes elementos:
  - a) Acréscimo de IVA à taxa legal em vigor aos preços apresentados;
  - b) A informação técnica necessária para a avaliação das propostas [se aplicável];
  - c) Dados referentes à assistência técnica [se aplicável];
  - d) Prazos de execução;
  - e) Documentos de acordo com o exigido no caderno de encargos e respetivos anexos, caso existam.
  - f) Nos termos do disposto no nº 4 do artº 57º do CCP, todos os documentos que compõem a proposta devem ser assinados pelo(s) representante(s) legal(ais), que tenha(m) poderes para o

---

obrigar, devendo para o efeito apresentar documento que comprove a habilitação do signatário que assina a documentação apresentada.

#### **V – PRAZO E MODO DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA**

1. O formulário de resposta ao presente convite encontra-se disponível no anexo II ao convite.
2. As propostas, bem como os documentos que as acompanham, devem ser apresentadas até às **23h59mn do 6º (sexto) dia a contar do dia imediatamente seguinte à data do envio do convite**, na plataforma eletrónica com endereço [www.acingov](http://www.acingov).

Dispõe o nº 3 do artº 470º do Código dos Contratos Públicos que, os prazos fixados para a apresentação das propostas são contínuos, não se suspendendo nos sábados, domingos e feriados. Mais se esclarece que, nos termos da al. b) do nº 1 do artº 87º do Código do Procedimento Administrativo, não se inclui na contagem o dia em que ocorra o evento a partir do qual o prazo começa a correr, ou seja, a contagem do prazo iniciou-se no dia seguinte ao do envio do convite para apresentação das propostas.

#### **VI – CAUÇÃO**

Não é exigida prestação de caução nos termos do disposto na al. a) do nº 2 do artº 88º do CCP.

#### **VII – CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO**

A adjudicação é feita **por lotes**, de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa para o Município, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP, sendo avaliado o preço enquanto único aspeto da execução do contrato a celebrar, **aplicável a cada lote**.

No caso de se verificar a igualdade de preço entre propostas, o desempate será feito por sorteio realizado pelo Júri do procedimento, na presença de um representante de cada um dos concorrentes, ato do qual será lavrada ata assinada por todos os presentes.

---

Em sede de relatório preliminar será indicada a metodologia do sorteio a realizar.

Todos os concorrentes serão notificados do dia, hora e local do sorteio, com a antecedência de 5 (cinco) dias úteis, devendo apresentar-se munidos da respetiva identificação e de comprovativo ou declaração que confira poderes para representar a entidade, emitida por quem tem poderes para obrigar.

### **VIII – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

1. O adjudicatário deve apresentar, no prazo de 05 dias a contar da notificação da adjudicação, os seguintes documentos comprovativos, ou disponibilização de acesso para a sua consulta *online*, de que se encontra nas seguintes situações:

- a) Situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea d) do artigo 55.º do CCP;
- b) Situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea e) do artigo 55.º do CCP;
- c) Certificado de registo criminal, para efeitos de celebração de contratos públicos, de todos os titulares dos órgãos sociais da administração, Direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, destinado a comprovar que não se encontram em nenhuma das situações previstas nas alíneas b) e h) do artigo 55.º do CCP, não bastando a apresentação de certidões em número equivalente ao das pessoas com poderes para obrigar a sociedade;
- d) Certificado de inscrição em lista oficial de fornecedores que revele a titularidade das habilitações adequadas e necessárias à execução das prestações objeto do acordo quadro a celebrar ou, no caso de não estar inscrito, certificado de inscrição no Registo Nacional de Pessoas Coletivas, com todas as inscrições em vigor;

e) Certidão do registo comercial, com todas as inscrições em vigor, para identificação dos titulares dos órgãos sociais de administração, Direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções;

f) Documento comprovativo de Registo Central do Beneficiário Efetivo (RCBE), nos termos da [Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto](#), alterada pela [Lei n.º 58/2020, de 31 de agosto](#) e regulamentada pela [Portaria n.º 233/2018, de 21 de agosto](#), e pela [Portaria n.º 200/2019, de 28 de junho](#).

2. Caso sejam detetadas irregularidades nos documentos de habilitação entregues pelo adjudicatário nos termos do número anterior, será concedido um prazo adicional de **05 dias úteis** destinado ao seu suprimimento, conforme o disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 132.º do CCP.

## **IX – OUTORGA DO CONTRATO**

O contrato resultante do presente procedimento será reduzido a escrito nos termos do Código dos Contratos Públicos.

## **X – PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS**

1. Nos termos do artigo 50º do Código dos Contratos Públicos, os interessados podem solicitar por escrito, no primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento, bem como, a pronúncia sobre erros e omissões identificados pelos interessados, através da plataforma de contratação pública <https://www.acingov.pt>.

2. Os esclarecimentos serão prestados pelo órgão competente para a decisão de contratar, através da plataforma eletrónica referida no número anterior, no prazo corresponde ao 2/3 do prazo para apresentação das propostas sendo todos os convidados imediatamente notificados desse fato.

---

#### **XI – PRAZO MANUTENÇÃO PROPOSTAS**

O prazo da obrigação da manutenção das propostas é de 90 (noventa) dias, não prorrogáveis, nos termos do disposto no artigo 65.º do CCP.

#### **XII – PROPOSTAS VARIANTES**

Não é permitido a apresentação de propostas variantes.

#### **XIII – PREVALENCIA DAS PEÇAS**

Nos termos do art.º 51º do CCP, as normas do Código relativas á formação e execução do contrato prevalecem sobre quaisquer disposições das peças do procedimento, razão pela qual, também quaisquer omissões e lacunas serão supridas e integradas com recurso às normas legais.

#### **XIV – ADJUDICAÇÃO**

Por força da aplicação do Decreto-Lei nº 127/2012 de 21/06 que regulamenta a Lei nº 8/2012, 21/02 (LCPA) **considera-se causa de não adjudicação a situação de inexistência de fundos** disponíveis por parte do Município, que a aplicação daquelas leis surpreender na altura em que a mesma deva ocorrer, condição de que as próprias entidades concorrentes ou convidadas ficam cientes pelo presente programa de procedimento/convite. procedimento extingue-se, se, por motivo superveniente não seja possível a obtenção de fundos disponíveis, no período de validade das propostas.

#### **Junta:**

**Anexo I** – Modelo da declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos.

**Anexo II** – Modelo da declaração relativa à proposta do preço global.

**Caderno de Encargos**

---

**ANEXO I**  
**MODELO DE DECLARAÇÃO**

[a que se refere a alínea *a*) do n.º 1 do artigo 57.º  
ou a subalínea *i*) da alínea *b*) e alínea *c*) do n.º 3 do artigo 256.º -A, conforme aplicável]

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo –quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 — Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

*a)*...

*b)*...

3 — Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 — Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 — Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga -se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas *b*), *d*), *e*) e *h*) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 — O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade

---

da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (4)].

- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
- (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas *b)*, *c)* e *d)* do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º
- (4) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

---

**ANEXO II**

**MINUTA DA PROPOSTA**

[a que se refere a alínea b) do n.º 1 do art.º 57.º do CCP]

\_\_\_\_\_ (indicar firma e sede, ou nome, estado civil, profissão, e morada), depois de ter tomado conhecimento do objeto do Procedimento, para \_\_\_\_\_ (designação do concurso), a que se refere o convite datado de \_\_\_\_\_ (data), obriga-se a executar a(o) \_\_\_\_\_ (fornecimento), de acordo com as condições estabelecidas no Convite, Caderno de Encargos e demais documentação, pelo Preço Global de \_\_\_\_\_ (em algarismos e por extenso), ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor, constituindo este elemento o atributo da sua proposta para os efeitos do disposto na al. b) do nº 1 do art. 57.º do Código dos Contratos Públicos.

Mais declara que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do seu contrato, ao qual se achar prescrito na Legislação Portuguesa em vigor.

Data .....

Assinatura .....